

INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 01 - JANEIRO 2024 - INFORMATIVO DO COMITÊ ANTAS E AFLUENTES DO PEPERI-GUAÇU | GRUPO URUGUAI

Comitê Antas e Afluentes do Peperi-guaçu inicia as atividades de 2024

Dando continuidade às atividades desenvolvidas pela Entidade Executiva Universidade do Contestado (UnC), o Grupo Oeste/Uruguai que assessora os cinco Comitês de Bacias Hidrográficas: Antas e Afluentes do Peperi-guaçu, Chapecó e Irani, Jacutinga, Peixe e Canoas e Pelotas, prosseguirão neste ano de 2024.

Dentre os objetivos da Entidade Executiva, se destaca o fortalecimento do Comitê através de capacitação e qualificação técnica sobre a gestão adequada e integrada das águas, junto aos representantes das organizações-membro, incluindo usuários de águas, população da bacia e órgãos públicos.

O Comitê Antas e Afluentes do Peperi-guaçu possui um calendário parcial das atividades definidas para este ano. Em 26 de março, acontecerá a primeira Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em 15/05/2024 serão realizadas as Assembleias Setoriais Públicas (ASPs), sendo realizada a posse das Organizações-membro, mandato 2024-2028, na segunda AGO em 01/07/2024. Já a terceira AGO está marcada para 19 de novembro de 2024.

Ainda no mês de março, há a possibilidade de que os representantes das organizações-membro do Comitê Antas estejam presentes no ERCOB Sul em Florianópolis, que acontecerá nos dias 20, 21 e 22 de março. Este evento está sendo organizado pelo Fórum Catarinense acompanhado dos fóruns Paranaense e Gaúcho, sob coordenação geral do Engenheiro Agrônomo, Sr. Clenoir Antônio Soares, representante titular da Cooperalfa no comitê Antas e atual presidente do Comitê Chapecó e Irani.

A Entidade Executiva também já definiu seu Plano de trabalho para 2024, pautado no Edital da FAPESC nº 32/2022. Para o Comitê Antas e Afluentes do Peperi-guaçu, o Plano foi deliberado na AGO do dia 08/11/2023. Resumidamente, durante o ano, deverão ser organizadas e assessoradas pelo menos oito reuniões (AGO e Câmara



Técnica); três capacitações técnicas com temas aprovados pelo Comitê; desenvolvimento de um projeto que integre as linhas estratégicas contidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas; além de publicações de matérias e dos Informativos das águas, seguindo os moldes do ano anterior.

Assembleias Setoriais Públicas (ASP)

As Assembleias Setoriais Públicas (ASPs), respaldadas pela resolução nº19/2017 do CERH, são destinadas à seleção das organizações-membro dos Comitês. O edital de convocação das ASPs do Comitê Antas e Afluentes do Peperi-guaçu será aberto ainda no mês de janeiro e a data prevista das Assembleias está marcada para 15/05/2024 e a posse das organizações-membro para dia 01/07/2024. O edital tem como finalidade subsidiar as entidades para concorrer a uma vaga de Organização-membro junto ao comitê. As entidades atuantes na bacia e relacionadas com os recursos hídricos podem concorrer nos segmentos: 1) Usuários da Água; 2) População da Bacia; ou 3) Órgãos da Administração Federal e Estadual.

“Para 2024 temos planejado a realização das Assembleias Setoriais Públicas para manutenção e/ou alteração das organizações-membro do Comitê, momento em que usuários de água, sociedade civil e poder público poderão se candidatar e participar assiduamente do Comitê da Bacia e ter voto nas AGO” disse o presidente Anderson Clayton Rhoden, que é representante da UCEFF.



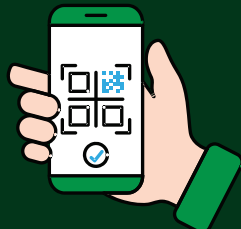
Hortas urbanas

Talvez se possa afirmar que as práticas de cultivo de produtos hortifrutigranjeiros nos pomares, em pequenos espaços ou em hortas urbanas, estejam vinculadas, principalmente, aos aspectos antropológicos e culturais da população humana regional. Afinal, no passado, a maioria da atual população urbana regional era rural e praticava a agricultura de sobrevivência. No entanto, muitas pessoas no decorrer do processo de urbanização levaram consigo hábitos, atitudes e práticas culturais rurais. Deste modo, reproduziram e reproduzem tais práticas agrícolas rurais em pequenos espaços, pomares e hortas urbanas privadas. Nelas, se produz enorme diversidade de hortifrutigranjeiros, como hortaliças, temperos, frutas e outros. Particularmente, impressiono-me como algumas pessoas, caprichosamente, têm a capacidade de organização e atuação, mesmo em pequenas áreas de terra (hortas) ou em seus terrenos urbanos privados e dali preparar o solo, plantar e/ou cultivar, produzir e colher significativas quantidades e diversidades de produtos hortifrutigranjeiros, limpos e saudáveis. Imaginem o quanto isso representa economicamente para as pessoas e suas famílias! Além do mais, o que isso representa socialmente, principalmente sob o ponto de vista da saúde preventiva, ou seja, da satisfação, alegria de manejar o solo, plantar, acompanhar o crescimento, colher e contribuir na dieta alimentar da família! Mais: o que representa o processo de produção e consumo de produtos naturais e orgânicos sob o ponto de vista da saúde e qualidade de vida humana? Neste contexto, o que está em jogo, também, é a ocupação humana, a atividade física, e, principalmente, da terapia mental no



processo de manejar a terra, acompanhar a produção até a colheita, e, por vezes, da socialização ou comercialização do excedente produzido com vizinhos, familiares ou outros. Trata-se de uma relação de pertencimento, ligação e afeto com a natureza, ousadia, autonomia e afirmação da vida humana no processo de cultivar o solo, produzir e consumir. Ou seja, isso representa qualidade de vida para muitas pessoas. Nesta direção, tem pessoas que fazem isso em dimensões maiores, isto é, possuem hortas e pomares urbanos em terrenos próprios ou alugados e comercializam o que é produzido. Isto contribui financeiramente e/ou economicamente na agregação da renda pessoal e na da família. De igual modo, as hortas urbanas representam o exercício teórico, mas, principalmente, prático e pedagógico de educação ambiental. Afinal, é preciso gerenciar os resíduos domésticos, constituir composteiras para produção de húmus e/ou adubo, gerir a ocupação do espaço com a distribuição da produção, manejar adequadamente o solo e a matéria orgânica, possibilitar a infiltração de água no solo, dentre outras dimensões. Para além disso, as hortas ou pomares urbanos movimentam a geração de trabalho e renda por meio da extensa cadeia de negócios, desde os produtores de sementes, mudas, casas agropecuárias, adubos, ferramentas, insumos, produtos e subprodutos utilizados no processo produtivo nas referidas hortas. Entende-se que tais práticas podem e devem ser potencializadas e estimuladas, principalmente pelos poderes públicos, de forma direta ou indireta, estímulos esses que poderão repercutir e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Que tal coletar água da chuva para regar a sua horta? Para saber mais detalhes sobre Cisternas aponte o seu celular para o Qrcode e acesse o Boletim Técnico nº 167, Cisternas - Construção, Utilização e Manutenção confeccionado pela EPAGRI juntamente com o Governo do Estado de Santa Catarina



**ESCANEIE
O QR PARA
ACESSAR**

Texto escrito pelo Coordenador Geral do Projeto de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Uruguai/Oeste, Dr. Jairo Marchesan. Docente de Geografia na Rede Pública e na Universidade do Contestado (UnC). E-mail: jairo@unc.br





A importância da integração entre os comitês de bacias e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos em Santa Catarina.

A integração entre os comitês de bacias e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos desempenha um papel fundamental para a gestão adequada dos recursos hídricos em Santa Catarina. Essa integração fortalece a governança e promove a eficiência na gestão dos nossos rios e mananciais.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é estabelecido pela Lei Federal nº 9.433/97 e tem como objetivo promover a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos em todo o país. Em Santa Catarina, essa integração é de extrema importância, considerando a diversidade de bacias hidrográficas presentes no estado.

A atuação conjunta dos comitês de bacias e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos possibilita a troca de informações, conhecimentos e experiências. Os comitês contribuem com a elaboração dos planos de bacias e a definição de diretrizes regionais, enquanto o sistema nacional fornece diretrizes gerais e apoio técnico.

A integração também permite uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, evitando a sobreposição de ações e garantindo a coordenação entre os diferentes atores envolvidos. Ela facilita a articulação entre os comitês de bacias, órgãos governamentais, usuários de água e a sociedade civil, promovendo a tomada de decisões mais informadas e alinhadas aos objetivos de conservação e sustentabilidade.

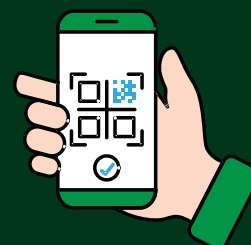
Além disso, a integração fortalece a capacidade de resposta em situações de escassez hídrica e eventos extremos, como secas e enchentes. Comitês de bacias bem integrados ao sistema nacional são capazes de planejar e adotar medidas preventivas, mitigando os impactos desses eventos e garantindo a segurança hídrica para a população.

Portanto, a integração entre os comitês de bacias e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos em Santa Catarina é essencial para uma gestão eficiente, participativa e sustentável dos recursos hídricos. Essa colaboração permite o uso adequado da água, a preservação dos ecossistemas aquáticos e o equilíbrio entre as demandas de diferentes setores, garantindo a disponibilidade de água de qualidade para as presentes e futuras gerações.

Texto escrito pela Assessora Jurídica da Entidade Executiva UnC no Projeto de Fortalecimento dos Comitês de bacia Oeste/Uruguai Advogada Jéssica Romeiro Mota



Quer saber mais sobre Governança? Aponte a câmera do seu celular para este QRcode e acesse o Pacto sobre a Governança das Águas, um produto da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico que pode te auxiliar nas discussões relacionadas ao tema.



ESCANEE O QR PARA ACESSAR



Representantes terão segundo encontro do Planejamento Estratégico em fevereiro

Dia 11 de dezembro de 2023 os representantes das organizações-membro se reuniram no Sindicato dos Produtores Rurais de São Miguel do Oeste para iniciar o Planejamento Estratégico do comitê. Contando com a presença de 12 organizações, neste primeiro encontro, o mediador Rafael Leão convidou os participantes a revisitar o planejamento anterior e realizaram a análise dos fatores positivos e negativos, internos e externos, que afetam a organização e seus serviços (Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças).

Essa ferramenta tem por objetivo analisar aspectos positivos e negativos do ambiente ou cenário interno do Comitê (as Forças e Fraquezas relacionadas à sua composição, seu regramento, nível de participação, entre outros aspectos) e do ambiente ou cenário externo (as Oportunidades e Ameaças relacionadas à bacia hidrográfica, políticas públicas locais, estaduais ou nacionais, Entidade Executiva, Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde - SEMAE, Agência Nacional de Águas - ANA, entre outros).

Por ser uma metodologia simples e objetiva, é muito utilizada para facilitar a reflexão e percepção de capacidades e potencialidades, bem como, de dificuldades e limitações, não só para o planejamento estratégico, mas, também, para o operacional do Comitê, permitindo ainda a relação entre esses aspectos na forma de uma matriz:

Ambiente Interno

Forças: são os fatores que estão sob controle do Comitê e representam os seus pontos positivos, os quais deve-se fazer o melhor uso possível no planejamento estratégico, no funcionamento de rotina e no exercício do seu papel, pois, depende apenas da decisão de seus representantes (tenho, quero, devo e posso).

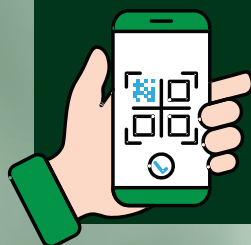
Fraquezas: são os pontos negativos, resultado de razões internas e que estão sob responsabilidade do Comitê, sendo fundamental identificá-los para que se trabalhe no sentido de eliminá-los (tenho, não quero, não devo e não posso) para não comprometer seu funcionamento e papel.

Ambiente Externo

Oportunidades: são os aspectos positivos externos que não estão sob controle do Comitê, mas, que, podem alavancar seu funcionamento e papel desde que identificados e aproveitados.

Ameaças: são os aspectos negativos externos que não estão sob controle do Comitê, representando riscos e/ou condicionantes que podem comprometer o êxito no funcionamento e no exercício do seu papel.

O detalhamento da metodologia e o resultado deste trabalho pode ser acessado junto ao **Relatório da Etapa I - Planejamento Estratégico - Análise FOFA** através do QRCode abaixo ou solicitada à Entidade Executiva através de e-mail do comitê comiteantas123@gmail.com. Lá, o representante que não pôde comparecer no evento de dezembro ainda consegue contribuir com a análise desenvolvida na primeira etapa.



**ESCANEIE
O QR PARA
ACESSAR**



A próxima etapa do planejamento estratégico, por issserá no próximo mês e a data foi definida através de consulta/enquete via grupo de WhatsApp. Será realizada no dia 28 de fevereiro de 2024, no município de São Miguel do Oeste em local ainda a ser definido, com duração prevista das 8h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, contemplando todas as demais etapas do planejamento estratégico que são a Missão e Visão de Futuro, Objetivos Estratégicos e Planos Estratégicos de Ação, por isso, conta a participação de pelo menos um representante de cada uma das 30 organizações-membro.

